



Handwritten signature in blue ink.

**jmm**  
sroc.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MARIO GUIMARÃES, SROC

**APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA NO ÂMBITO DE AJUSTE DIRETO para Aquisição de  
Prestação de Serviços para a Certificação Legal das Contas Municipais, Município de Ponte da  
Barca, conforme previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.**

Prestação de Serviços para a Certificação Legal das Contas do  
MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

Braga, 14 de agosto de 2015

Maria Manuela Alves Malheiro

(ROC n.º 916)



JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES,  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 148



# Confidencialidade

*A informação contida nesta Proposta é confidencial e propriedade de JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC.*

*A reprodução total ou parcial deste documento fica limitada à utilização do mesmo para a sua avaliação no âmbito desta Proposta.*

*Cópias totais ou parciais não poderão ser facultadas a outras entidades para além da dos destinatários desta proposta, sem prévia autorização da JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC.*

# Índice

Nota Introdutória ..... 2

Responsabilidades ..... 2

Objetivos do Trabalho ..... 3

Âmbito do Trabalho ..... 3

    1.1 Identificação da Estrutura Organizacional..... 4

    1.2 Revisão Legal das Contas..... 4

Procedimentos de Verificação/Certificação ..... 5

Período de Execução do Trabalho ..... 5

Equipa de Trabalho ..... 5

Emissão de Relatórios..... 5

Honorários ..... 6

Validade da Proposta..... 6

Nota Final..... 6





# Nota Introdutória

Na sequência do amável convite formulado por V. Exas., vimos apresentar a nossa proposta de prestação de serviços para a **Certificação Legal das Contas do Município de Ponte da Barca**, conforme previsto na Lei 73/2013, de 3 de setembro.

## Responsabilidades

É da responsabilidade da entidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A responsabilidade do revisor oficial de contas consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame das demonstrações financeiras da entidade, consubstanciadas no Balanço, na Demonstração dos Resultados, na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, e os correspondentes Anexos às demonstrações financeiras.

Além disso, de acordo com as especificações dos serviços a realizar previstos no Anexo III do caderno de encargos, caberá igualmente ao prestador de serviços, o exercício das competências previstas na Lei 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais):

- a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município;
- c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do Município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- d) Remeter semestralmente aos Órgãos Executivo e Deliberativo do Município informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- e) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela Assembleia Municipal;
- f) Pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre o plano de apoio à economia local;
- g) Outros trabalhos ou relatórios que se mostrem necessários, por solicitação da entidade adjudicante;
- h) Colaborar na elaboração do manual de controlo interno.

O prestador de serviços fornecerá ao Município de Ponte da Barca, informações e esclarecimentos relativos aos serviços prestados, permitindo o acompanhamento das suas atividades, através de reuniões de trabalho, a realizar nas instalações do Município, previamente acordadas por ambas as partes.

## Objetivos do Trabalho

Tendo em vista a prossecução dos objetivos do nosso trabalho, utilizaremos os procedimentos e técnicas que considerarmos necessários e adequados à natureza e características da Entidade. Procuraremos, ao longo desta apresentação, dar a conhecer a V. Exas. os elementos que julgamos imprescindíveis para uma correta análise da prestação de serviços que nos propomos realizar e da sua aplicação ao caso concreto da entidade em referência.

As estratégias que descrevermos são, em nosso entender e com os elementos de que dispomos, a que melhor serve os interesses da entidade.

O nosso trabalho visa a certificação legal das contas para um período de 36 (trinta e seis) meses.

## Âmbito do Trabalho

O trabalho que nos propomos realizar será desenvolvido de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria (DRA) da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame inclui:

- a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das

estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão da entidade, utilizadas na sua preparação;

- b) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- d) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

tendo em vista aferir se o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

A metodologia de trabalho a executar desenvolver-se-á de acordo com as seguintes etapas:



## 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Esta etapa consistirá na:

- > Obtenção do organograma do Município;
- > Identificação das funções e dos procedimentos administrativos existentes, bem como da sua articulação com as estruturas funcionais;
- > Identificação dos processos de decisão existentes e do sistema de planejamento e controle, bem como do sistema de delegação de competências;
- > Identificação de pontos fortes e fracos do controle interno naquelas áreas;
- > Apresentação de sugestões/recomendações de melhoria dos procedimentos contabilísticos e de controle interno relativamente aos pontos fracos do controle interno identificados.

## 1.2 REVISÃO LEGAL DAS CONTAS

A auditoria será efetuada à atividade contabilística desenvolvida entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada exercício económico, de acordo com os procedimentos mínimos de revisão constantes nas Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria emanadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente os seguintes:

- > Verificação da aplicação dos princípios contabilísticos fundamentais constantes do POICAL;
- > Verificação da concordância das demonstrações financeiras do período de 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano (balanço, demonstração dos resultados, demonstração dos fluxos de caixa, e correspondentes anexos, bem como demais documentos de prestação de contas no

âmbito do POICAL) com os registos contabilísticos e documentação de suporte;

- > Confirmação da existência e adequada salvaguarda dos bens e direitos;
- > Verificação da titularidade dos bens e direitos sujeitos a registo e da regularidade das inscrições que conferem a sua propriedade;
- > Conferência do movimento e posição final das contas representativas de créditos, direitos e ações sobre terceiros, recorrendo, sempre que se mostrar aconselhável e conveniente, a circularização de saldos, apresentação de extratos de conta ou outras formas de confirmação externa;
- > Adoção de procedimento idêntico ao indicado no ponto anterior relativamente a débitos ou quaisquer outras responsabilidades, reais ou presumíveis, registados ou simplesmente declarados em favor de terceiros;
- > Verificação da pendência de quaisquer passivos ou responsabilidades contingentes, ónus ou encargos significativos;
- > Exame das diversas rubricas que compõem os fundos próprios, verificando se foram cumpridas as disposições legais;
- > Exame das rubricas de custos e proveitos, tendo especial preocupação pela observância do princípio "Da especialização (ou do acréscimo)";
- > Análise dos valores processados e pagos a todo o pessoal que presta serviços à entidade, tendo em conta as disposições legais em vigor, bem como verificar se os respetivos assentos contabilísticos são adequados;
- > Exame crítico da documentação probatória das operações e do seu lançamento nos Diários e Razões auxiliares, cuidando

especialmente pelo completo esclarecimento de operações e ocorrências invulgaras ou aparentemente pouco usuais;

- > Apreciação da consistência do sistema contabilístico e dos critérios e métodos adoptados ao longo do período, e verificação do sincronismo das operações quanto ao seu processamento pela contabilidade.

## Procedimentos de Verificação/Certificação

De acordo com as normas que regem a nossa profissão e a filosofia de trabalho da nossa sociedade, a Revisão Legal das Contas das entidades será efectuada de acordo com a seguinte abordagem metodológica:

- > Definição do Compromisso;
- > Recolha de Informação;
- > Desenvolvimento da Estratégia de Auditoria;
- > Execução da Auditoria;
- > Formação da Opinião;
- > Relatórios.

Todas estas fases envolverão procedimentos próprios e serão auxiliadas por ferramentas informáticas próprias e pelo recurso a técnicas de amostragem.

## Período de Execução do Trabalho

Os trabalhos a realizar compreenderão visitas e entrevistas que se mostrem necessárias aos responsáveis e respetivos colaboradores dos departamentos relacionados com as áreas objeto de auditoria, com a seguinte ordem de trabalhos:

- > Abordagem inicial através do levantamento de documentação administrativa, contabilística e de gestão, bem como o desenvolvimento dos procedimentos inerentes à circularização saldos de terceiros;
- > Levantamento do sistema de controlo interno administrativo e contabilístico existente e consequente diagnóstico;
- > Auditoria às contas e avaliação da situação patrimonial da entidade.

Os trabalhos serão executados nos termos definidos anteriormente, sendo que o prazo para a sua conclusão deverá ser acordado oportunamente com V/ Exas.

## Equipa de Trabalho

A equipa de trabalho será definida em função das respetivas necessidades de revisão/auditoria e será supervisionada por Maria Manuela Alves Malheiro (ROC n.º 916).

## Emissão de Relatórios

Em resultado do trabalho a realizar, procederemos à emissão de:



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**, do período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada exercício económico.

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFETUADA**, concluindo, entre outros aspetos, sobre a modalidade de certificação legal das contas ou a declaração de impossibilidade de certificação legal, distinto do relatório e/ou do parecer exigido por lei ao órgão de fiscalização em que se integre, dentro dos prazos legais que vinculam este último, a apresentar ao órgão de gestão.

**RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES** para a melhoria dos procedimentos contabilísticos e medidas de controlo interno das áreas auditadas, caso se entenda necessário.

Para além dos documentos acima identificados emitiremos a nossa opinião e daremos o nosso parecer sobre os assuntos que nos sejam exigidos por lei ou determinados pela assembleia municipal.

## Honorários

De acordo com o âmbito do trabalho, o preço deste serviço é de 25.452,00€ (vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois euros), IVA não incluído, correspondente a 3 exercícios económicos. A este valor acresce IVA à taxa legal em vigor.

Confidencial – Todos os direitos reservados  
JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

## Validade da Proposta

A presente proposta é válida por um período de **60 dias** contados da presente data.

## Nota Final

Agradecemos o convite que nos formularam, que muito nos honrou, e a forma como nos foi proporcionada a obtenção dos elementos e informações que servirão de base à elaboração da presente proposta.

Para mais informações sobre a nossa sociedade, agradecemos a consulta do nosso sítio em [www.jmm@sroc.pt](http://www.jmm@sroc.pt).

De V. Exas.

Muito Atenciosamente,

 (14/10/16)

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148, representada por

Maria Manuela Alves Malheiro (ROC n.º 916).

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS  
MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA